

68ª REUNIÃO GERAL

PLENÁRIA DELIBERATIVA DE PREFEITOS

8 de outubro, quinta-feira, das 10h às 16h30* - Brasília - DF

ORDEM DO DIA

10h Abertura - Marcio Lacerda, prefeito de Belo Horizonte, presidente da FNP

10h15 Pauta administrativa (definição de anuidades da FNP para 2016);

10h30 Informe: Marco Regulatório das ONGs

i. Emendas para permitir que entidades de representação federativa (FNP e outras) firmem parcerias com o Poder Público;

ii. Novo prazo para início da vigência da Lei 13.019/14.

10h40 Informe: Operações de crédito externo dos municípios;

11h Pauta: Judicialização da saúde;

12h Pauta: Projeto do ISS, em tramitação conclusiva no Senado Federal;

12h30 Pauta: reequilíbrio fiscal federativo;

14h30 Pauta: Subfinanciamento e regionalização do SAMU

14h45 Pauta: Enfrentamento da crise hídrica

15h Apreciação da minuta da “Carta dos Prefeitos aos Três Poderes” ou “Carta dos Prefeitos pelo Reequilíbrio Fiscal Federativo”

16h30 Encerramento da Plenária Deliberativa e deslocamento para Praça dos Três Poderes

*Será servido um brunch no local.

68ª REUNIÃO GERAL

PLENÁRIA DELIBERATIVA DE PREFEITOS

8 de outubro, quinta-feira, das 10h às 16h30* - Brasília - DF

ORDEM DO DIA

10h Abertura - Marcio Lacerda, prefeito de Belo Horizonte, presidente da FNP.

10h15 Pauta administrativa (definição de anuidades da FNP para 2016);

Conforme determina o Estatuto da FNP, a última assembléia do ano deve definir a anuidade dos filiados para o ano subsequente.

10h30 Informe: Marco Regulatório das ONGs

i. Emendas para permitir que entidades de representação federativa (FNP e outras) firmem parcerias com o Poder Público;

A MP 684/2015 prorroga o início da vigência da Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC) para janeiro de 2016. Em tramitação no Congresso Nacional, a MP recebeu emendas apresentadas pelos deputados Helder Salomão (PT/ES) e Eduardo Cury (PSDB/SP) propondo excetuar as entidades municipalistas do impedimento para firmarem parcerias com o Poder Público.

ii. Novo prazo para início da vigência da Lei 13.019/14.

A FNP encaminhou ao Governo Federal um ofício solicitando a prorrogação do início da vigência do Marco Regulatório para 1º de janeiro de 2017. A preocupação dos prefeitos é que a entrada em vigor do MROSC trará eventual impacto orçamentário no ano subsequente, último ano dos atuais mandatos. A MP 684/2015 está na fase de audiências públicas e sob relatoria do Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG).

10h40 Informe: Operações de crédito externo dos municípios;

Diversos municípios possuem propostas para contratação de operação de crédito externo em tramitação e sem previsão de efetivação. Em reunião com autoridades do Governo Federal e do Congresso Nacional, prefeitos da Diretoria da FNP sugeriram o estabelecimento de um calendário para análise e liberação de operações de crédito externo, levando em consideração a

necessidade do planejamento orçamentário e financeiro dos municípios que governam.

11h Pauta: Judicialização da saúde;

A crescente judicialização da política tem interferido fortemente na gestão municipal. São decisões diárias determinando a compra de medicamentos, realização de exames, internações, entre outros. Sem prejuízo das garantias constitucionais, é urgente a construção de entendimentos visando racionalizar e disciplinar a atuação do Judiciário na execução do dia-a-dia das políticas públicas.

12h Pauta: Projeto do ISS, em tramitação conclusiva no Senado Federal;

A Câmara dos Deputados concluiu a votação do PLP 366/2013 em meados de setembro e o projeto retornou ao Senado Federal para deliberação conclusiva. O texto aprovado na Câmara, no entanto, sofreu diversas alterações vistas pela FNP e pela Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – Abrasf como prejudiciais aos municípios. Como o texto aprovado na Câmara não é o ideal para os municípios, é necessário trabalharmos para o seu aprimoramento. Caso aprovada e sancionada este ano, essa proposta trará reflexos positivos na arrecadação deste tributo já em 2016.

12h30 Pauta: reequilíbrio fiscal federativo;

A redução dos recursos disponíveis ao Poder Público, causada pela queda na arrecadação de impostos, resultado, por sua vez, da diminuição da atividade produtiva, compromete a qualidade dos serviços oferecidos a todos os cidadãos em todas as esferas de governo.

O Governo Federal anunciou medidas com o objetivo de recuperar o equilíbrio fiscal do país, entre elas a revisão de arrecadação, a realocação de fontes de receita e a redução do gasto tributário. Nesse sentido, já encaminhou ao Congresso Nacional, entre outras proposições, a PEC 140/2015 que restabelece a CPMF e o PL 2960/2015, dispendo sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária que objetiva a repatriação de recursos mantidos no exterior.

14h30 Pauta: Subfinanciamento e regionalização do SAMU

Diversos municípios têm relatado problemas no recebimento de verbas para custeio do SAMU. Hoje os municípios arcam com mais do que o dobro de sua responsabilidade nesse serviço. Além disso, a regionalização do SAMU tem

criado dificuldades, principalmente com o aumento de despesas. Os municípios de menor porte estão tendo dificuldade de repassar verbas para manter a regionalização do SAMU, obrigando outros a manter os serviços de emergência.

14h45 Pauta: Enfrentamento da crise hídrica

Há uma grave crise de abastecimento de água nas cidades brasileiras. Os governos estaduais e municipais enfrentam dificuldades para construir e implementar planos emergenciais e de contingência para enfrentar essa escassez. O Projeto de Lei 7818/2014, de autoria do deputado Geraldo Resende (PMDB/MS), pretende instituir a Política Nacional de Captação, Armazenamento e Aproveitamento de Águas Pluviais. Atualmente o projeto está tramitando na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados aguardando parecer do relator, deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA).

15h Apreciação da minuta da “Carta dos Prefeitos aos Três Poderes” ou “Carta dos Prefeitos pelo Reequilíbrio Fiscal Federativo”

16h30 Encerramento da Plenária Deliberativa e deslocamento para Praça dos Três Poderes

**Será servido um brunch no local.*